



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA DO PEI
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2016, ÀS 10H30

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e trinta minutos, no Salão Nobre, localizado no 20º andar do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, o Vice-Presidente Judicial, Desembargador Wilson Fernandes; os Desembargadores Cândida Alves Leão, Paulo José Ribeiro Mota, Roberto Barros da Silva e Regina Aparecida Duarte; o Juiz Moisés dos Santos Heitor e os servidores Adriana Marcellino, Diretora da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial; Aline Maria de Castro Silva Rossi, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Ana Helena Piragine, Secretária da Escola Judicial; Aquiles José Malvezzi, Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Cecília Freitas de Azevedo Pesce, Secretária da 18ª Turma; Dário Nery, Chefe da Seção de Gestão de Indicadores Institucionais; Denize Mota, Diretora Geral da Administração; Dennis Henrique Takenaka, Diretor da 16ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo; Fernanda Machado Martins, Chefe da Seção de Gestão Ambiental; Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; João Nazareth Oliveira Quirino de Moraes, Secretário Geral da Presidência; Márcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Márcio Vinícius Gimenes Milan, Chefe da Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; Maria Inês Ebert Gatti, Diretora da Secretaria de Gestão da Informação, Projetos e Normas; Nivaldo C atania, Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisa; Rita Kotomi Yuri, Diretora da Secretaria de Controle Interno; Rodrigo Correa da Cunha, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Silvia Ramos Mathiasi, Diretora da Secretaria de Benefícios e Programas Sociais; Sueli Cristina Fracca, Secretária da Corregedoria Regional; Bruno Motta de Andrade, Daniela Vilaça Castagna, Edvilton Bergamasco Fontes Galante e Syrgeia Magdalena, representantes do Núcleo de Gestão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Estratégica e Projetos, com a finalidade de analisar o Plano de Logística Sustentável (PLS) e o andamento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e seus resultados.

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves iniciou a reunião abordando a pauta e parabenizando a Desembargadora Regina pelo Plano de Logística Sustentável (PLS), passando-lhe a palavra em seguida.

A Desembargadora Regina Duarte então citou o nome dos membros da Comissão Gestora do PLS agradecendo a colaboração de todos, concedendo a palavra à Chefe da Seção de Gestão Ambiental.

Na sequência, Fernanda Machado Martins apresentou a minuta do documento, citando que iria focar as discussões nas ações e indicadores. Abordou brevemente os tópicos: Missão; Visão de futuro; Valores; Mapa estratégico do PEI; Organograma da unidade; Linha do tempo e Metodologia. Então, discorreu sobre os planos de ação, cujos temas e indicadores foram instituídos pela resolução nº 201/2015 do CNJ.

Sobre o Tema 1 (Contratações Sustentáveis), a Diretora Adriana Marcellino questionou se a meta seria atingir 100% das contratações de bens e serviços com critérios de sustentabilidade ou se seria apenas aquelas em que é possível a inserção desses critérios, ao que Fernanda respondeu que seriam consideradas apenas as que são passíveis de adoção, de acordo com a Resolução nº 103/2012 do CSJT. Sobre a Ação 1 do tema, o Diretor Aquiles acrescentou que, ao invés do software, pretende utilizar planilha de Excel para controlar o índice de contratações sustentáveis. Fernanda questionou se seria possível então envolver a TI e áreas interessadas para acompanhar. O Diretor Viana destacou que há uma proposta de projeto apresentada pela equipe do Objetivo Estratégico nº 09 (Garantia da atuação com responsabilidade socioambiental) já aprovada que trata justamente da implantação desse *software*.

Com relação ao Tema 2 (Materiais de Consumo – Papel), Fernanda apresentou as metas e ações. A Diretora Denize Mota acrescentou que foi feito um estudo sobre a aquisição dos papéis, reciclados ou certificados. A Diretora Adriana relatou que, em razão do momento atual de cortes orçamentários, existe um posicionamento da Presidência para aquisição do papel que for mais barato. A Diretora Maria Inês mencionou ter visto um plano de outro Tribunal no qual o fornecimento de papel reciclado é tratado como uma alternativa, mediante solicitação das áreas. A Desembargadora Regina Duarte acrescentou que o TRT

Handwritten signature and initials.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

2 recebeu prêmio por adotar o uso do papel reciclado. A Diretora Adriana complementou sua fala informando que o papel reciclado tem preço maior de aquisição, e que isso foi levado ao conhecimento da Presidência. O Juiz Moisés ponderou que o PLS tem vigência de cinco anos e espera que esse momento de restrições orçamentárias seja passageiro, sendo que as metas podem ser revistas em RAE futura, conforme a situação da Instituição. A Desembargadora Jucirema considerou que, como a instituição já adquire papéis recicláveis desde 2010, seria razoável que o Tribunal mantivesse esse posicionamento, concordando com o Juiz Moisés. Opinou que as metas, ações e indicadores deste tema poderiam ser aprovados como ora apresentados, com a ressalva de que a Instituição deverá adaptar-se à situação orçamentária para a execução. O Desembargador Wilson considerou que poderia ser acrescentada outra ressalva: dada a situação atual, acredita ser possível antecipar a diminuição do consumo de papel através da conscientização, aproveitando a expansão do PJe. A Diretora Adriana sugeriu que fosse feito um *ranking* de consumo entre as unidades, como gabinetes e varas, para estimular a mudança de cultura de consumo. O Desembargador Wilson sugeriu estabelecer uma meta de consumo por unidade de acordo com a média histórica, diminuindo gradativamente o volume, ao que a Diretora Adriana informou ser feito um controle de consumo, questionando-se as unidades que solicitam volume de papel acima da média, fornecendo-se a quantidade média e apurando-se a razão do volume adicional. O Diretor Dennis mencionou que a digitalização de processos em papel reciclado para PJe aumenta o peso dos arquivos digitais, crescendo o custo de armazenamento em comparação com os arquivos digitalizados a partir do papel branco. Os Diretores Márcio e Inês concordaram, ressaltando ser importante apurar as diferenças de custos desses armazenamentos. O Desembargador Wilson reforçou que o objetivo deve ser a diminuição do consumo de papel como um todo. Argumentou ainda que talvez não seja prudente, no momento atual, priorizar o uso do papel reciclado, considerando que a utilização do papel branco proporciona economia tanto na aquisição quanto nos custos de armazenamento. A Desembargadora Regina concordou com o Desembargador Wilson e disse que esses custos adicionais advindos do uso do papel reciclado devem ser apurados. Sugeriu ainda que as metas e ações sejam aprovadas como apresentadas, mas que seja avaliada a situação de forma a não prejudicar o Tribunal, solicitando que fosse apresentado o estudo do custo de aquisição de papéis brancos e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

reciclados. A Desembargadora Jucirema então solicitou que os presentes opinassem sobre qual será o posicionamento do Comitê: se aprovando da forma apresentada ou alterando as metas, levando em consideração inclusive o que está definido no PEI. O Diretor Márcio sugeriu que o consumo das unidades fosse divulgado institucionalmente para acompanhamento por todos, ao que a Diretora Aline concordou, sugerindo que a SECOM atue com campanhas de conscientização, em conjunto com a Seção de Gestão Ambiental. O Comitê então aprovou a redação como originalmente proposta, sendo que as unidades deverão se adequar à redução de consumo conforme meta estabelecida. Na próxima RAE serão reavaliados tanto esses indicadores do PLS como o indicador 40 do PEI (Índice de consumo de papel).

Em seguida, Fernanda abordou o Tema 3 (Materiais de Consumo – Copos descartáveis e água engarrafada), ao que a Diretora Adriana acrescentou que houve drástica redução no consumo de copos recicláveis, principalmente em razão da instalação dos novos filtros de água. Questionou se a meta seria a redução da aquisição ou consumo, ao que Fernanda respondeu que a meta aprovada em reunião da Comissão Gestora do PLS foi a diminuição da aquisição em virtude deste Regional já adotar as canecas de porcelana e garrafas tipo *squeeze*. Complementou sua fala informando que a Ação 1 deste tema é a realização de um levantamento para identificar as áreas que efetivamente necessitam dos copos descartáveis, como por exemplo o Secretaria de Saúde. A Diretora Adriana então sugeriu apurar o consumo dos copos descartáveis, pois seria um dado mais real, tendo em vista que a aquisição deste item foi quase nula no ano passado devido à existência de estoque. Acrescentou que os copos descartáveis de 200 ml são distribuídos apenas a algumas unidades. A Diretora Inês sugeriu que a meta leve em conta tanto o consumo quanto o estoque, ao que o Juiz Moisés concordou. Assim, ficou estabelecido que o indicador será modificado.

Para dar mais celeridade às discussões, a Desembargadora Jucirema solicitou que as áreas expusessem suas dúvidas e considerações em relação aos temas a elas relacionados.

O Diretor Rodrigo abordou o Tema 13 (Capacitação de servidores em educação socioambiental), questionando como será implementada a Ação 2 (inserção do tema responsabilidade socioambiental nos cursos de formação de magistrados, servidores e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

estagiários). A Secretária da EJUD informou que esse tema atualmente é abordado na capacitação inicial de magistrados, e que os outros cursos socioambientais oferecidos pela Escola são solicitações da Comissão Permanente de Gestão Socioambiental, não fazendo parte da grade. A Diretora Silvia Mathiasi esclareceu que atualmente a Secretaria de Benefícios aborda de forma sucinta a Seção de Gestão Socioambiental nos cursos de formação de servidores, ao que o Juiz Moisés complementou sugerindo que seja estudada uma forma de se incluir permanentemente esse tema na grade da EJUD.

O Diretor Nivaldo informou que está sendo elaborada a proposta orçamentária prévia para o exercício de 2017, comunicando que as diversas áreas do Tribunal serão consultadas a respeito de suas necessidades e, com relação ao PLS, será discutida a priorização de recursos.

O Diretor Márcio Nisi abordou então o Tema 4 (Impressão de documentos e equipamentos instalados), esclarecendo que o estudo para economia de tinta para impressões, previsto na Ação 1, está em andamento. Acrescentou ainda que em relação a Ação 3 (Avaliar a viabilidade para contratos de *outsourcing*), havia intenção de implantação de um projeto piloto no curto prazo, o que deverá ser postergada devido à restrição orçamentária.

Ato contínuo, com relação ao Tema 11 (Telefonia), o Diretor Márcio Nisi informou que a Ação 1 (Estudo de implantação de novas tecnologias de telefonia) já está em andamento. A Desembargadora Jucirema ressaltou a importância de alinhar os indicadores e ações ora apresentados ao PETIC, tendo em vista que a telefonia também é abordada naquele plano. A Diretora Adriana informou ainda que a Ação 2 é permanentemente aplicada, pois no momento da contratação de pacotes de telefonia móvel, sempre buscam-se as melhores alternativas para o Tribunal. Verificou-se erro material na trajetória da meta do indicador nº 19. Os indicadores e metas precisarão de análise, pois parte da telefonia está a cargo da SAA e parte com SETIC.

Na sequência, a Diretora Silvia abordou o Tema 8 (Qualidade de vida no ambiente de trabalho), expondo a necessidade de alinhar as ações principalmente com a Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Saúde. A Diretora Inês solicitou retificação de erro material para que conste, nas Ações 6 e 7, como unidade envolvida responsável, SETIC no lugar de SSI. O Juiz Moisés destacou ainda que, juntamente com a responsabilidade social,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

a acessibilidade também deve ser tema permanente na grade de capacitações da EJUD, ao que a Desembargadora Jucirema sugeriu que o próprio Juiz Moisés fosse palestrante. Com relação à Ação 7 (Fornecimento de tecnologia assistiva a magistrados, servidores e estagiários com deficiência), o Diretor Márcio Nisi ressaltou que ela foi retirada do último PETIC por ter sido incorporada ao rol normal de atividades da SETIC, não havendo ações ou projetos específicos. A Diretora Inês acrescentou a importância das campanhas para divulgar o fornecimento desses equipamentos. O Comitê deliberou por alterar esta ação para que passe a constar a divulgação periódica do fornecimento dos equipamentos de tecnologia assistiva, de acordo com relatórios e informações geradas pela área competente. Sobre o indicador 12 (Índice de inclusão de servidores e magistrados com deficiência), o Diretor Márcio Nisi opinou não ser pertinente estabelecer meta para aumento do fornecimento, pois o mesmo varia de acordo com a demanda (solicitações).

O Tema 5 (Energia elétrica) foi aprovado sem ressalvas.

Sobre o Tema 6 (Água e esgoto), a Diretora Adriana abordou a Ação 4, informando que o consumo já é monitorado em todos os prédios mensalmente, e acrescentou que a data fim poderia ser 2020. O Comitê deliberou por alterar a redação para que conste "manter sistema de monitoramento" no lugar de "implantar".

O Tema 7 (Gestão de resíduos) foi aprovado integralmente.

Com relação ao Tema 12 (Layout, reforma e construções), a Diretora Adriana informou que os critérios de sustentabilidade serão incluídos também na contratação de obras.

Por fim, o Comitê considerou que o PLS está aprovado com as ressalvas supra mencionadas.

Às treze horas foi concedido intervalo para, em seguida, serem abordados os resultados dos indicadores do PEI.

Dando continuidade, a Desembargadora Jucirema iniciou então a 1ª de Análise Estratégica de 2016 do PEI 2015-2020. Informou aos presentes que a SETIC trouxe algumas sugestões de mudanças nos indicadores dos Objetivos Estratégicos 3 e 6, "Garantia de infraestrutura e recursos tecnológicos adequados às atividades judiciais e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

administrativas” e “Gestão da governança de tecnologia da informação e comunicação” respectivamente. Contudo, serão apreciados apenas os do objetivo 6, pois a Desembargadora Maria de Lourdes ainda deverá analisar as propostas relacionadas ao objetivo 3. A Diretora Inês acrescentou que é importante rever todo o rol de indicadores para avaliar os que serão mantidos.

O Comitê tomou conhecimento do Ofício Circular CSJT CGEST nº 02/2016, através do Desembargador Paulo, Coordenador do Grupo Gestor de Metas. A Desembargadora Jucirema considerou importante responder o ofício encaminhado a este Comitê de Planejamento e Gestão, o qual aborda o desempenho das metas pelos Tribunais. Salientou ainda que o TRT 2 não obteve resultados ruins se comparado aos demais, mesmo que algumas das metas não tenham sido atingidas. Discutiu-se ainda o grande impacto que teve a greve de servidores no Tribunal como um todo, a qual durou aproximadamente três meses. A Diretora Inês sugeriu divulgação dos bons resultados no site. O Comitê deliberou por não responder o referido ofício, definindo como ação o encaminhamento do cumprimento das metas para cada unidade.

Em seguida, o Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores apresentou os resultados do PEI.

Indicador 01: Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	82,5%	89,5%	-
Meta		83%	83,5%

Comentários: meta superada.

Indicador 02: Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	49,9%	45,6%	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Meta		52%	54%
-------------	--	-----	-----

Comentários: O Diretor Gustavo argumentou que, em contato com a Secretária da EJUD, no ano base houve muitas capacitações PJe, o que impulsionou o resultado. Já em 2015 concluiu-se a implementação do PJe na primeira instância, sendo que em 2016 não deverá haver o mesmo volume de capacitações, impactando diretamente os resultados do presente exercício. O Desembargador Paulo ponderou a possibilidade de rever as metas para os próximos anos, em virtude das informações apresentadas e, principalmente, das restrições orçamentárias. O Diretor Dennis ressaltou as dificuldades enfrentadas por alguns servidores quanto à participação em cursos no horário de trabalho, em razão do volume de trabalho. Ponderou ainda sobre a realização de cursos fora do horário de trabalho. A Desembargadora Jucirema destacou fatores que podem ter afetado esse indicador: greve de servidores, restrição orçamentária e interesse dos servidores em frequentar os cursos. A Diretora Inês argumentou que foram aprovados os projetos “Semana Institucional de Capacitação de Líderes” e “Encontro de Diretores e Juízes para troca de experiências”, que poderão impulsionar esse resultado. O Diretor Dennis considera que a carga horária mínima de 20 horas é elevada, esclarecendo que servidores que frequentam uma carga horária menor não são contabilizados neste indicador. O Diretor Nivaldo observou que o próximo indicador deve ser analisado em conjunto com este. A Desembargadora Jucirema opinou pela manutenção da meta, implementando-se ações para tentar cumpri-la. O Comitê considerou interessante que o Coordenador do Objetivo Estratégico 1 (Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida) analise este índice em conjunto com o indicador 3 e os cursos disponíveis para os servidores.

Indicador 03: Índice Médio de Capacitação dos Servidores em Competências Institucionais

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	63	64	-
Meta		65	66

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Comentários: resultado muito próximo da meta estabelecida.

Indicador 04: Percentual do Orçamento de Custeio Aplicado em Capacitação

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	1,39%	0,79%	-
Meta		1,10%	1,13%

Comentários: debateu-se se que este resultado é um reflexo dos dois indicadores anteriores. O Diretor Nivaldo argumentou que a meta física, ou seja, de realização de cursos e palestras da EJUD foi alcançada, apesar do não atingimento da meta financeira. Acrescentou também que neste ano o orçamento foi reduzido em 48%.

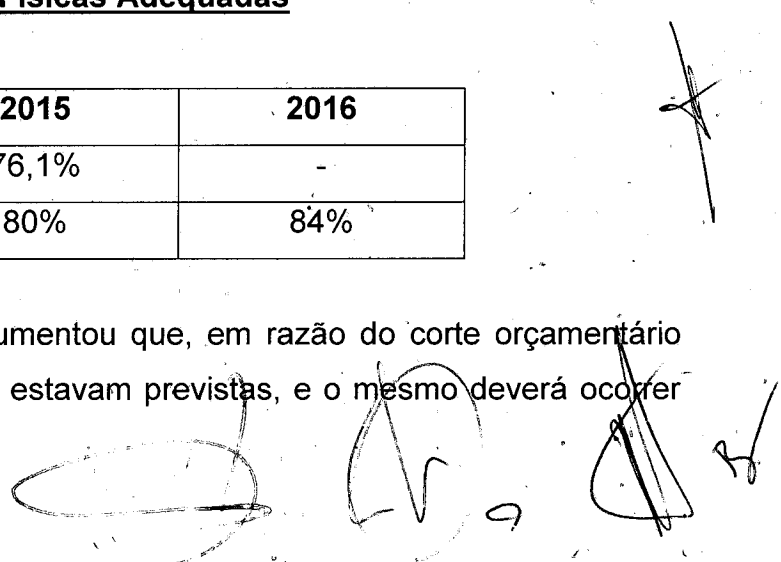
Indicador 05: Índice de Clima Organizacional

Comentários: a Diretora Inês frisou que a pesquisa está pronta e será aplicada em breve, o que possibilitará estabelecer a data base e subsidiar o estabelecimento de metas dos próximos anos. Esclareceu que em 2015 a metodologia e o questionário estavam em elaboração e, no momento em que seria aplicado o pré-teste, foi deflagrada a greve dos servidores, o que prejudicaria a adesão. O Comitê concordou.

Indicador 06: Índice de Instalações Físicas Adequadas

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	76,1%	76,1%	-
Meta		80%	84%

Comentários: a Diretora Adriana argumentou que, em razão do corte orçamentário não conseguiu executar algumas obras que estavam previstas, e o mesmo deverá ocorrer neste ano.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 07: Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI
Estabelecidos pelo CNJ (Resolução 90, itens de Infraestrutura)

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	86%	86%	-
Meta		100%	100%

Comentários: o Diretor Márcio Nisi ressaltou que este indicador precisa de revisão, uma vez que a Resolução nº 90 não está mais em vigor, o que será objeto de discussão pela equipe multidisciplinar do Objetivo Estratégico 3, coordenado pela Desembargadora Maria de Lourdes.

Indicador 08: Índice de Disponibilidade de Serviços de TI

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	99,35%	99,60%	
Meta		99,40%	99,45%

Comentários: resultado conforme esperado.

Indicador 09: Taxa de Satisfação dos Clientes Internos com as Soluções de TI
oferecidas pelo Regional

Comentários: o Diretor Márcio Nisi esclareceu que este projeto será executado pela equipe do Objetivo Estratégico 3, sendo que o escopo do projeto englobará também as pesquisas previstas pelos indicadores 10 e 23.

Indicador 10: Taxa de Satisfação dos Clientes Internos com o PJe-JT

Comentários: essa pesquisa integrará o escopo do projeto acima mencionado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Com relação aos indicadores 11 a 14, “Índice de Execução do Plano Orçamentário”, “Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado”, “Índice de Sucesso na Execução dos Projetos Estratégicos” e “Índice de Projetos Estratégicos executados dentro do prazo” respectivamente, o Chefe da Seção de Gestão de Indicadores Institucionais propôs substituí-los pelo Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) estabelecido pelo CSJT, monitorando aqueles internamente. O Comitê deliberou pela substituição dos indicadores 11 e 12 pelo IEOD. Quanto aos indicadores 13 e 14, os resultados deverão ser acompanhados internamente, excluindo-os do PEI.

Indicador 15: Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação

	2014	2015	2016
Realizado	28,97%	39,07%	-
Meta	-	31%	34%

Comentários: resultado acima do esperado.

Indicador 16: Índice de Eficiência Operacional – Entrados

	2014	2015	2016
Realizado	98,95%	117,28%	-
Meta	-	100%	110%

Comentários: resultado acima do esperado.

Indicador 17: Índice de Atendimento das Metas do PETIC

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	-	-	-
Meta	-	-	-

[Assinaturas e rubricas manuscritas]



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Comentários: em razão do PETIC ter sido recém aprovado, será necessária a primeira apuração para obtenção deste resultado, o que subsidiará o estabelecimento das metas.

Indicador 18: Índice de Maturidade em Segurança da Informação

	2014	2015	2016
Realizado	36%	63%	-
Meta	-	50%	60%

Comentários: resultado acima do esperado.

Indicador 19: Índice de Capacitação dos Gestores de TI

	2014	2015	2016
Realizado	66%	77%	-
Meta		72%	78%

Comentários: o Diretor Márcio Nisi propôs excluir este indicador do PEI, pois no PETIC já há um indicador obrigatório estabelecido pelo CSJT que leva em consideração parâmetros diferentes. A Diretora Inês propôs manter apenas o indicador 17 alinhado ao Objetivo Estratégico 6. O Diretor Márcio Nisi opinou que, dessa forma, a gestão da governança de TIC será deslocada para a equipe multidisciplinar do objetivo 6. O Comitê concordou com a Diretora Inês e definiu que os indicadores 18 a 23 serão reavaliados em conjunto com o indicador 17. Após a reavaliação, será verificado se algum específico deve ser mantido no PEI ou se todos serão somente acompanhados no PETIC. A proposta deveria ser trazida na próxima reunião.

O Comitê analisou conjuntamente os indicadores 24 a 30. A Diretora Inês sugeriu que, para a próxima RAE, esses indicadores sejam alterados, apurando-se conjuntamente os resultados do PJe. O Comitê decidiu que os glossários devem ser alterados e os



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

resultados atualizados apresentados na próxima RAE. Discutiu-se que os dados do PJe até 2015 não estavam validados. O Desembargador Paulo sugeriu incluir os dados do PJe a partir de 2016. A Desembargadora Jucirema enfatizou que os indicadores de tempo de tramitação sejam revistos, apurando o PJe e o total. A Diretora Inês sugeriu acrescentar na ficha desses indicadores uma linha exclusiva para os dados do PJe. Destacou ainda que, acerca dos indicadores 25 e 26, precisa estudar como essa informação será extraída do PJe. O Comitê acatou. O Diretor Gustavo propôs substituir os indicadores 27 e 28 pela Meta 4 do CSJT - Tempo médio de duração do processo – 2ª Instância (TMDP2), acompanhando-os internamente e substituir o indicador 29 pela Meta 7 do CSJT - Índice de processos antigos (IPA), o qual corresponde à Meta 2 do CNJ. Ambas as proposições foram aceitas pelo Comitê.

Indicador 24: Tempo de Ciclo Total (1º Grau)

	2014	2015	2016
Realizado	1.225	1.114	-
Meta		1.200	1.150

Indicador 25: Prazo Médio de Julgamento no 1º Grau (Conhecimento) com Perícia

	2014	2015	2016
Realizado	863	726	-
Meta		840	750

Indicador 26: Prazo Médio de Julgamento no 1º Grau (Conhecimento) sem Perícia

	2014	2015	2016
Realizado	294	228	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Meta		280	260
-------------	--	-----	-----

**Indicador 27: Prazo Médio de Julgamento em 2ª Instância (Conhecimento) -
Primeiro Julgamento**

	2014	2015	2016
Realizado	122	103	-
Meta		90	80

**Indicador 28: Prazo Médio de Julgamento em 2ª Instância (Conhecimento) -
Último Julgamento**

	2014	2015	2016
Realizado	228,8	204	-
Meta		200	196

Indicador 29: Índice de Processos Antigos

	2014	2015	2016
Realizado	9,77%	11,88%	-
Meta		7,75%	7,50%

Indicador 30: Índice de Virtualização dos Processos Novos

	2014	2015	2016
Realizado	30,43%	49,62%	-
Meta		40%	75%

Indicador 31: Taxa de Congestionamento de 1º Grau (Conhecimento)

[Assinatura manuscrita]



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2014	2015	2016
Realizado	48%	41%	-
Meta		43%	41%

Comentários: resultado conforme esperado. O Diretor Gustavo propôs substituir este indicador pela Meta 6 do CSJT - Índice de processos julgados (IPJ), a qual corresponde à Meta 1 do CNJ. O Comitê concordou.

Indicador 32: Taxa de Congestionamento de 2º Grau (Conhecimento)

	2014	2015	2016
Realizado	17%	12,9%	-
Meta		15%	14%

Comentários: resultado conforme esperado. O Diretor Gustavo propôs substituir este indicador pela Meta 6 do CSJT - Índice de processos julgados (IPJ), a qual corresponde à Meta 1 do CNJ. O Comitê concordou.

Indicador 33: Porcentagem de Conciliação

	2014	2015	2016
Realizado	45,05%	45,67%	-
Meta		46,75%	47%

Comentários: resultado conforme esperado. O Diretor Gustavo propôs substituir este indicador pela Meta 9 do CSJT - Índice de Conciliação – fase de conhecimento (ICONc), que corresponde à Meta 3 do CNJ, acrescentando apenas que foi fixado como teto 45%. O Comitê aprovou.

Indicador 34: Taxa de Congestionamento de 1º Grau (Execução)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2014	2015	2016
Realizado	66%	65,9%	-
Meta		64%	62%

Comentários: O Diretor Gustavo propôs substituir este indicador pela Meta 11 do CSJT - Índice de execução (IE), o qual corresponde à Meta 5 do CNJ. O Comitê concordou.

Indicador 36: Índice de Concentração dos Processos dos Maiores Litigantes

	2014	2015	2016
Realizado	12,7%	14,2%	-
Meta		a definir	a definir

Indicador 37: Porcentagem de Solucionados dos Maiores Litigantes

	2014	2015	2016
Realizado	5%	3,6%	-
Meta		a definir	a definir

O Diretor Gustavo propôs substituir os indicadores 36 e 37 pela Meta 10 do CSJT - Índice de concentração de processos dos maiores litigantes (ICP), o qual corresponde à Meta 7 do CNJ. CPG anuiu.

Indicador 38: Índice de Consumo de Energia Elétrica

	2013	2015	2016
Realizado	64,52	60,04	-
Meta		63,87	63,24

Indicador 39: Índice de Consumo de Água

(Assinatura manuscrita)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2014	2015	2016
Realizado	100%	80,9%	-
Meta		99,2%	98,3%

Indicador 40: Índice de Consumo de Papel

	2014	2015	2016
Realizado	80,97	133,90	-
Meta		78	73

Indicador 41: Índice de edificações que possuem acesso para portadores de necessidades especiais

	2014	2015	2016
Realizado	43%	43%	-
Meta		50%	60%

Indicador 42: Índice de Coleta Seletiva

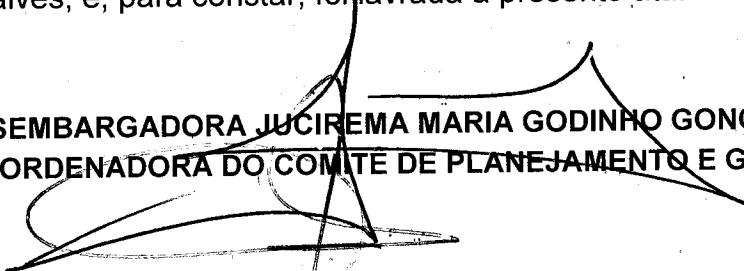
	2014	2015	2016
Realizado	-	31,47%	-
Meta		a definir	a definir

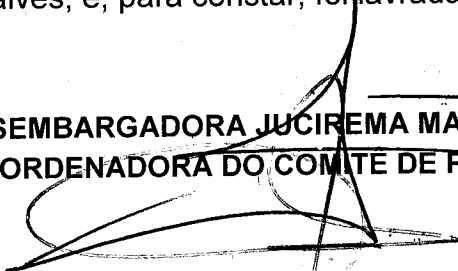
A Diretora Inês propôs substituir os indicadores 38 a 42 pelo Índice de Atendimento das Metas do PLS, nos mesmos moldes do indicador 17 (Índice de Atendimento das Metas do PETIC).

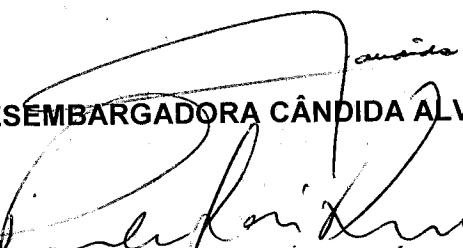


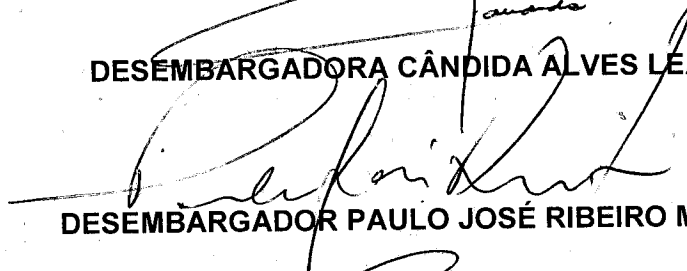
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pela Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, e, para constar, foi lavrada a presente ata.


DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
COORDENADORA DO COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

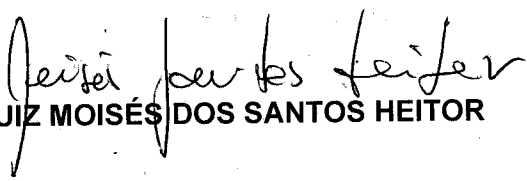

DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES


DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO


DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA


DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA


DESEMBARGADORA REGINA APARECIDA DUARTE


JUIZ MOISÉS DOS SANTOS HEITOR